
TERÇA-FEIRA, 27 DE SETEMBRO DE 2016**NOTÍCIAS DA ANATER**

Repercutiu na imprensa do Norte de Minas Gerais a ação parlamentar do deputado federal Zé Silva, do Solidariedade, junto com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que garantiu, no Tribunal de Contas da União (TCU), o acesso ao crédito e benefícios decorrentes da condição de beneficiário do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), para 400 mil famílias assentadas em todo país. É o número expressivo no Norte de Minas. Confira:

JORNAL DE NOTÍCIAS

[REFORMA AGRÁRIA: Deputado viabiliza verba para região](#)

JORNAL MONTES CLAROS

[TCU libera acesso ao crédito a 400 mil assentados](#)

JORNAL O NORTE DE MINAS

[Coluna Preto no Branco - Aldeci Xavier](#)

OUTRAS NOTÍCIAS

26/09 – PORTAL DO AGRONEGÓCIO/MG - [PAA Leite reajusta preço pago aos agricultores familiares](#)

26/09 – G1/RO - [Venda de alimentos da agricultura familiar para escolas é definida em RO](#)

26/09 – FASE NACIONAL/RJ - [Babaçu – Floresta de vida](#)

26/09 – PORTAL MCTIC/DF - [MCTIC apoiou mais de 1.000 projetos de segurança alimentar nos últimos 15 anos](#)

26/09 – GOVERNO DO PIAUI - [Plano visa desenvolver nove cadeias produtivas do Piauí](#)

26/09 - JORNAL GRANDE BAHIA/BA - [Incrá inicia obras para implantar 17 sistemas simplificados de abastecimento de água na Bahia](#)

25/09 – BRASIL DE FATO/SP - [Liderança assassinada em Rondônia havia denunciado ameaças à PM no ano passado](#)

19/09 - ACONTECEU NO VALE: [Expansão do Projeto Jaíba terá participação maior da agricultura familiar](#)

MATÉRIAS NA ÍNTEGRA

26/09 – JORNAL DE NOTÍCIAS: [REFORMA AGRÁRIA: Deputado viabiliza verba para região](#)

O deputado federal Zé Silva, do Solidariedade, garantiu, por meio de ação parlamentar no Tribunal de Contas da União (TCU), com o apoio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), acesso ao crédito e benefícios decorrentes da condição de beneficiário do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), para 400 mil famílias assentadas em todo país. É número expressivo no Norte de Minas, onde o parlamentar é votado.

O parlamentar apresentou ao ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), no dia 31 de agosto pedidos de diversos assentamentos de Minas Gerais. “Com meu projeto pé na estrada, acompanho de perto as dificuldades enfrentadas pelas famílias, nos assentamentos mineiros, no meu mandato irei lutar pela valorização dos agricultores e da reforma agrária, pois, os assentados precisam cuidar da terra para alimentar suas famílias, e ainda, geram emprego e renda, por isso, o acesso ao crédito é fundamental”, explica Zé Silva.

LIBERAÇÃO – O TCU apreciou o pedido de reconsideração apresentado pelo INCRA quanto ao Acórdão nº 775/2016, e deferiu parcialmente, pelo prazo de 120 dias, as consequências relacionadas a 8 dos 15 indícios anteriormente apontados, são elas: beneficiários contemplados mais de uma vez no PNRA (23.349 casos); beneficiários com cargos públicos (144.621 casos); empresários (61.965 casos); aposentados por invalidez (9.874 casos); com mandato eletivo (1.017 casos); com renda superior a 3 salários mínimos (25.492 casos); com deficiência física e mental (10.579 casos) e que possuem local de residência diferente (363.111 casos).

“Iremos continuar acompanhando de perto todas as ações do governo federal para garantirmos a infraestrutura necessária, assegurando assim, melhores condições de vida para as famílias, nos assentamentos da reforma agrária com o desbloqueio definitivo”, conclui Zé Silva.

23/09 - JORNAL MONTES CLAROS: [TCU libera acesso ao crédito a 400 mil assentados](#)

Por iniciativa do deputado Zé Silva, as famílias de assentados que estavam com o acesso ao crédito bloqueado tiveram revisão de cadastro e foram reintegradas aos programas de crédito rural

Mais de 400 mil famílias brasileiras que vivem em assentamento tiveram o acesso aos créditos e programas sociais desbloqueados pelo Tribunal de Contas da União, nesta quarta-feira (21). O pedido de revisão da situação dos assentados foi feito pelo deputado Zé Silva (Solidariedade/MG) e, de acordo com o parlamentar, dos cerca de 1 milhão de assentados brasileiros, cerca de 560 mil não tinham acesso aos benefícios por estarem em situação irregular junto ao CadÚnico.

No último dia 30 de agosto, foi realizada uma reunião no Tribunal de Contas da União (TCU), em Brasília, com o ministro Augusto Sherman; o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Leonardo Góes Silva; o secretário de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário, José Ricardo Ramos Roseno e o deputado federal Zé Silva, para discutir a necessidade de garantir o acesso aos créditos e programas produtivos aos assentados brasileiros.

Na reunião, o deputado apresentou ao ministro os pedidos de diversos assentamentos de Minas Gerais.

- As famílias dos agricultores assentados estão impossibilitadas de ter acesso a programas de assistência técnica e linhas de crédito, como o Pronaf e, portanto, impossibilitadas de produzir até mesmo para o próprio sustento – relatou o deputado.

De acordo com o TCU, os assentados estavam com os dados irregulares ou não estavam inscritos no sistema do Programa Nacional de Reforma Agrária. O deputado solicitou, então, que o Incra realizasse uma avaliação da situação do cadastro para apurar que tipo de irregularidade se tratava. O Incra realizou a análise e constatou que havia apenas inconsistência no endereço que foram imediatamente regularizadas.

O relatório do Incra foi encaminhado ao TCU que, após análise, autorizou o desbloqueio definitivo do cadastro, devolvendo a 400 mil assentados o acesso aos créditos e benefícios decorrentes da condição de beneficiário do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

- Com o meu projeto pé na estrada, acompanho de perto as dificuldades vividas pelas famílias dos assentamentos mineiros e quero garantir por meio do meu mandato a valorização dos agricultores da reforma agrária, que precisam cuidar da terra para alimentar as suas famílias, gerar emprego e renda, e o acesso ao crédito é fundamental - explica Zé Silva.

Na prática, a decisão do TCU representa a liberação de cerca de 500 mil indícios dos 578 mil encontrados. As 400 mil famílias foram liberadas e voltarão a ter acesso aos créditos e benefícios decorrentes da condição de beneficiário do PNRA.

- Continuaremos acompanhando de perto todas as ações do governo federal para garantir infraestrutura necessária e concreta para assegurar melhores condições de vida para as famílias de assentamentos da reforma agrária - conclui Zé Silva.

24/09 – O NORTE DE MINAS: [Coluna Preto no Branco - Aldeci Xavier](#)

REFORMA AGRÁRIA

Mais de 400 mil famílias que vivem em assentamento tiveram o acesso aos créditos e programas sociais desbloqueados pelo Tribunal de Contas da União, nesta quarta-feira. O pedido de revisão da situação dos assentados foi feito pelo deputado Zé Silva (Solidariedade/MG). De acordo com o parlamentar, dos cerca de 1 milhão de assentados brasileiros, cerca de 560 mil não tinham acesso aos benefícios por estarem em situação irregular junto ao CadÚnico, comprometendo a produção da agricultura familiar e o sustento dessas comunidades.

REVISÃO DE CADASTRO

O deputado diz que a reforma agrária no país estava suspensa por suspeita de irregularidade nos cadastros e, na tentativa de buscar uma solução para o problema, solicitou ao Incra que fizesse uma análise para apurar que tipo de irregularidade se tratava. O estudo do Incra demonstrou que das 568 mil famílias bloqueadas, 400 mil apresentavam apenas inconsistência no endereço, que foram imediatamente regularizadas. O relatório foi encaminhado ao TCU que, após análise, autorizou o desbloqueio definitivo do cadastro, devolvendo aos assentados o acesso aos créditos e programas produtivos. O cadastro das outras 168 mil famílias ainda está sendo analisado pelo TCU.

26/09 – PORTAL DO AGRONEGÓCIO/MG - [PAA Leite reajusta preço pago aos agricultores familiares](#)

O Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) reajustou os valores pagos pelo litro de leite de vaca e de cabra na modalidade Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). A medida beneficiará 21 mil agricultores familiares do Nordeste e do norte de Minas Gerais – região que abrange o Semiárido.

Com a medida, o valor pago pelo litro ao produtor de leite de vaca passa a variar entre R\$1,07 e R\$1,17, conforme o estado. Para o leite de cabra, a variação ficou entre R\$1,51 e R\$2,13.

“Estávamos há quase três anos sem reajuste. A medida incentiva a inclusão produtiva dos produtores e auxilia aquelas entidades a melhorar a qualidade da alimentação de quem mais precisa”, destacou o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDSA, Caio Rocha.

Do total pago por litro, 60% em média ficam com o produtor e 40%, com os laticínios, que pasteurizam, embalam e transportam o produto final até os pontos de distribuição às famílias que recebem o leite.

Antes do reajuste, o preço por litro ao produtor variava entre R\$0,97 e R\$1,13 para o leite de vaca e R\$1,17 e R\$2,54 para o leite de cabra.

Programa – A distribuição gratuita de leite e o incentivo à produção de leite dos agricultores familiares são os principais objetivos do PAA Leite. O leite é doado prioritariamente para entidades da rede socioassistencial, de saúde e educação, para atender às famílias em situação de insegurança alimentar e

nutricional ou diretamente para famílias registradas no Cadastro Único, com perfil de renda do Programa Bolsa Família.

O agricultor familiar que participa do PAA Leite deve possuir Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), respeitar o limite de venda de 100 litros por dia por produtor e ter comprovante de vacinação dos animais.

26/09 – G1/RO - [Venda de alimentos da agricultura familiar para escolas é definida em RO](#)

Magda Oliveira

Diretores de escolas públicas estiveram reunidos com produtores rurais em Cacoal (RO), a 480 quilômetros de Porto Velho, para alinhar o processo de compra e venda de alimentos que são utilizados na merenda escolar. Atualmente, os agricultores fornecem 30% dos produtos consumidos pelas instituições de ensino. Segundo a Secretaria Municipal de Agricultura (Semagri), o município tem condições de aumentar o fornecimento do cultivo para 70%.

A compra direta de alimentos do produtor rural realizada pelas escolas já funciona em Cacoal, através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Cerca de 30% dos produtos que compõem a merenda escolar são adquiridos da agricultura familiar.

Abóbora, peixes, iogurtes, leite, hortaliças, arroz e feijão são alguns dos alimentos fornecidos para as escolas. O município possui cerca de 5 mil propriedades rurais e 1,2 mil produtores cadastrados nos dois programas. Todos estão aptos a fornecerem alimentos para a merenda escolar. Anualmente, o Governo do Estado disponibiliza entre R\$ 500 e R\$ 700 mil para a compra desses produtos.

A reunião realizada na última sexta-feira (23) foi oportunidade para que os produtores possam apresentar os produtos que têm a oferecer e os diretores tenham contato direto com os agricultores, segundo a Semagri. De acordo com a Semagri, o município tem condições de fornecer até 70% dos alimentos necessários para a merenda escolar. No entanto, é preciso que os produtores se organizem, conheçam os itens do cardápio servido nas instituições de ensino e produzam a quantidade necessária para atender a demanda.

O chamamento para realizar o cadastro que dá direito a participar de ambos os programas são feitos sempre no começo de cada ano. Os contratos firmados com os produtores valem por todo o ano letivo.

26/09 – FASE NACIONAL/RJ - [Babaçu – Floresta de vida](#)

A página do FASE NACIONAL publicou o filme que retrata a vida de agricultores familiares e quebradeiras de coco Babaçu em três estados da fronteira entre a Amazônia e o Cerrado (Maranhão, Mato Grosso e Tocantins) e as populações tradicionais. A obra é uma realização do Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN) e financiado pelo Fundo Amazônia, por meio do Banco de Desenvolvimento Econômico e social (BNDES), Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A equipe do cineasta Neto Borges visitou as regiões onde o Babaçu é vida.

26/09 – PORTAL MCTIC/DF - [MCTIC apoiou mais de 1.000 projetos de segurança alimentar nos últimos 15 anos](#)

Da rede estadual de ensino do Paraná à cadeia produtiva do açaí no Pará, políticas públicas do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) ajudaram a apontar soluções para os desafios de segurança alimentar e nutricional em todo o país e mesmo no exterior. A pasta seguiu diretrizes da 2ª

Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (CNCTI), realizada em 2001, para distribuir mais de R\$ 175 milhões a 1.108 projetos de pesquisa, apoiados por 27 editais lançados até setembro de 2016.

A contribuição da pesquisa para a segurança alimentar e nutricional faz parte do tema da 13ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT) – "Ciência alimentando o Brasil". A escolha se alinha à decisão da 68ª Assembleia Geral das Nações Unidas de proclamar 2016 como o Ano Internacional das Leguminosas. O MCTIC realiza a SNCT de 17 a 23 de outubro, em todo o país.

O último dos 27 editais segue aberto até 19 de outubro no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com R\$ 4 milhões destinados à segunda fase do Programa de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional da União das Nações Sul-Americanas (Unasul). Outros R\$ 13,7 milhões estão empenhados para mais duas chamadas públicas que devem ser lançadas ainda em 2016.

Transformação

Iniciada em 2014, a primeira fase do programa da Unasul apoia 25 projetos de 170 instituições de ensino e pesquisa da América Latina e da África – número bem maior que os 107 aprovados no edital de 2013. Um dos estudos identificou 4 mil crianças com restrições alimentares nas escolas públicas paranaenses, por iniciativa da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) em parceria com a Secretaria de Estado da Educação (Seed), a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e a Pontifícia Universidade Católica do Chile.

Segundo a coordenadora-geral de Pesquisa e Desenvolvimento da Segurança Alimentar e Nutricional do MCTIC, Janesca Roman, a proposta era avaliar necessidades alimentares espaciais no ambiente escolar e a sua interferência no desenvolvimento físico e na capacidade de aprendizagem das crianças. "As restrições muitas vezes não são do conhecimento da família e muito menos da escola", diz. "Como o estudo era multidisciplinar, envolveu nutricionistas, professores e as próprias manipuladoras da comida. Assim, o projeto também conseguiu adaptar o cardápio escolar e orientar os pais. Ao longo de dois anos, verificou-se melhorias na estatura dos alunos e inclusive no ensino."

Janesca chama atenção para os impactos do projeto, considerado de baixo custo. "Com R\$ 150 mil, essa equipe trouxe uma proposta de uma relevância sem igual em termos de conhecimento, porque a gente pôde perceber que esse problema de déficit de desenvolvimento, causado pela desnutrição, não se devia tanto à pobreza, mas ao desconhecimento de restrições alimentares", avalia. "Isso pode interferir até mesmo no Pnae, o Programa Nacional de Alimentação Escolar, com a proibição de venda de produtos processados e refrigerantes nas cantinas, ou na valorização do Programa de Aquisição de Alimentos, do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário."

Organização

Ex-coordenadora-geral do MCTIC, a pesquisadora Sônia da Costa, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), destaca outro projeto da Unasul, responsável por articular 120 unidades de processamento do açaí com tecnologias sociais junto a prefeituras do interior do Amapá e do Pará. A iniciativa envolveu uma rede formada por pesquisadores da Universidade Federal do Pará (UFPA), o Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (Iepa), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (Ifap), a Universidade do Estado do Pará (Uepa), a Universidade Federal do Amapá (Unifap) e a Universidade Nacional Agrária La Molina (Unalm), do Peru.

"O núcleo apresentou a proposta de organizar a cadeia produtiva do açaí, tendo em vista a segurança alimentar", afirma Sônia. "A partir daquela forma de trabalho artesanal e descuidada, que até então colocava em risco o próprio extrativista, eles passaram a absorver uma visão de mais rigor sanitário com si mesmos e suas famílias, principalmente em termos de armazenamento. O projeto contribuiu para uma

política do governo local de que todo o produto a sair do estado deve ser pasteurizado. Hoje, existe um selo de segurança."

De acordo com a pesquisadora, a iniciativa da UFPA colaborou para ordenar o arranjo produtivo local em torno das comunidades, ao formar cooperativas para vender o açaí. "O que mais me impressionou foram as tecnologias sociais desenvolvidas, como um equipamento artesanal capaz de facilitar a extração, aumentar o rendimento e reduzir o esforço físico", comenta.

Sônia ressalta, ainda, um projeto da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) em parceria com a Universidade do Chile para estudar a formação de biofilmes pela bactéria *Campylobacter jejuni* na carcaça de frangos. "Essa proposta melhorou a cadeia produtiva da galinha em Minas Gerais ao descobrir que o micro-organismo se fixava no equipamento de abate", lembra. "Hoje, eles desenvolvem toda uma metodologia de higienização. O grupo gerou uma patente com menos de R\$ 100 mil."

Acesso

Outras duas chamadas públicas do MCTIC, lançadas pelo CNPq em 2012 e 2013, apoiaram 145 projetos de núcleos de estudo em agroecologia (NEAs) e centros vocacionais tecnológicos (CVTs). Os editais centralizaram recursos de R\$ 38,9 milhões dos ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), da Educação (MEC), do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) e do extinto Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA).

"Essa política alcançou 61 mil beneficiários diretos", informa o consultor Thomas Ferreira, contratado pelo MCTIC e pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) para sistematizar os impactos das duas chamadas. "Estou falando de 25,5 mil educandos que participaram de mais de 300 cursos de capacitação, envolvendo 8,5 mil horas, fora outras ações ligadas a extensão, ensino e pesquisa, numa perspectiva de construir e socializar conhecimentos ligados à agroecologia e produção orgânica. O apoio gerou mais de 150 inovações tecnológicas, metodológicas e processuais, além de 1.049 publicações científicas, entre elas 388 artigos publicados em periódicos."

Na opinião de Ferreira, os NEAs fortalecem sua presença pela capacidade de estabelecer parcerias. "Isso faz com que um real investido vire três, porque você é capaz de ampliar as ações ao se capilarizar na sociedade", aponta. "Essas experiências mostram que, quando se soma apoio financeiro a conhecimento, inteligência, articulação e envolvimento da sociedade civil, você consegue ter mecanismos de desenvolvimento territorial e regional que possibilitam dar voz e empoderamento a um conjunto de iniciativas que às vezes não tinham visibilidade nem facilidade de se auto-organizar."

Ferreira citou exemplos de qualificação de produtos agroecológicos para desbravar novos mercados, com projetos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas (IF Sul de Minas), em Machado (MG), e da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), em Laranjeiras do Sul (PR).

"Em Minas Gerais, um belíssimo trabalho de cafeicultura orgânica junto aos assentamentos de reforma agrária já exporta para os Estados Unidos e a Europa, com selo de certificação participativa", relata. "Já em Santa Catarina, cooperativas produtoras de leite ligadas à agricultura familiar hoje conseguem ter uma estrutura de laticínio que beneficia essa produção agroecológica, que já não é colocada no mesmo tanque da produção convencional, podendo então levar a um produto diferenciado no mercado, muitas vezes mais barato."

26/09 – GOVERNO DO PIAUI - [Plano visa desenvolver nove cadeias produtivas do Piauí](#)

O Governo do Estado, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), está desenvolvendo um Plano de Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas do Piauí, com o objetivo de capacitar

multiplicadores e empreendedores que vão qualificar e aperfeiçoar a mão-de-obra regional, além de proporcionar o conhecimento de técnicas de produção, processamento e comercialização. Esta ação visa ainda a geração de emprego e renda nas principais cadeias produtivas agrícolas de base familiar do estado. Esta é uma ação realizada pela SDR, por meio do programa Piauí Produtivo, em parceria com a Seduc, Emater, Uespi, UFPI, IFPI e Associação de Escolas da Família Agrícola do Piauí (Aefapi).

Dando andamento ao processo de elaboração deste plano de apoio, a SDR realizou, na manhã desta segunda-feira (26), uma reunião com a equipe desta secretaria e representantes das instituições parceiras para alinhar informações que compõem este documento.

As metas deste plano são capacitar 200 multiplicadores e potenciais empreendedores para atuar na agricultura familiar das cadeias produtivas da apicultura, 120 na cadeia da cajucultura e outros 120 voltados para a mandiocultura, além de 320 direcionados para a ovinocaprinocultura. Para a piscicultura da agricultura familiar serão ofertadas 80 vagas. Também está previsto capacitar mais 320 técnicos, divididos igualmente, nas áreas da produção de babaçu e carnaúba, de fruticultura, horticultura e floricultura.

O público alvo da qualificação são funcionários públicos municipais, estaduais e da União, além de egressos do ensino técnico e produtores com nível médio. Serão 40 vagas por curso de extensão tecnológica e cada um terá carga horária de 150 horas, sendo 120h presenciais e 30h de ensino à distância, distribuídas em módulos que abrangem toda a cadeia produtiva, desde o sistema de produção, processos, gestão, organização até a comercialização.

O projeto será coordenado pela Universidade Estadual do Piauí (Uespi), que disponibilizará a infraestrutura necessária à sua execução como salas de aula e demais espaços físicos, laboratórios, máquinas, equipamentos, apoio logístico, bem como suporte técnico de profissionais qualificados. A Secretaria de Desenvolvimento Rural será responsável pelo fomento da proposta, provendo os recursos financeiros necessários. A ação vai contemplar os territórios do Entre Rios, Carnaubais, Cocais, Vale do Sambito, Vale do Canindé, Serra da Capivara, Vale do Guaribas e Vale do Itaim.

De acordo com Patrícia Vasconcelos, superintendente da agricultura familiar da SDR, este encontro foi o segundo passo de uma demanda repassada pelo governador Wellington Dias. “Esta ação vai priorizar nove cadeias produtivas ligadas à agricultura familiar do Piauí. Nesta reunião foram definidos os custos para executar este plano, a função de cada órgão neste processo e quem vai ficar responsável pela busca de recursos. A infraestrutura necessária vai ficar a cargo de cada instituição em cada um dos oito territórios beneficiados. A parte de recursos será de responsabilidade das secretarias estaduais, por meio de projetos já existentes como o Progere, Viva o Semiárido e Pronatec”, enfatizou.

A superintendente da agricultura familiar da SDR disse ainda que a intenção é ampliar a discussão envolvendo a Embrapa Meio Norte, Sistema S, Univasf, Setret e Seplan. No próximo encontro será proposta a inclusão de oferta de especialização voltada para técnicos e graduados.

Luís Gonzaga Figueiredo Júnior, professor do curso de agronomia e zootecnia da Uespi, afirmou que a instituição está em fase de conclusão de projeto e que, no dia 18 de outubro, vai acontecer mais um encontro; desta vez, para fechar a proposta e começar a execução o quanto antes.

26/09 - JORNAL GRANDE BAHIA/BA - [Inkra inicia obras para implantar 17 sistemas simplificados de abastecimento de água na Bahia](#)

Com menos de uma semana à frente da Superintendência Regional do Incra na Bahia, Hélder Almeida autorizou o início das obras de implantação de 17 sistemas simplificados de abastecimento de água em 21

assentamentos. A ação beneficia 2,9 mil famílias assentadas que vivem em 16 municípios, de 10 territórios de identidade do estado.

O Incra na Bahia está aplicando R\$ 5 milhões para a realização dessa primeira etapa das obras em parceria com o governo do estado. A previsão é de que seis sistemas de abastecimento sejam inaugurados em dezembro.

Hélder Almeida disse que essa parceria é uma ação continuada para levar água tratada para o agricultor da reforma agrária. “A implantação desse sistema é mais econômico, produz água de qualidade e é mais rápido de ser executado”, ressalta.

As obras serão realizadas pela Companhia de Engenharia Hídrica e Saneamento da Bahia (Cerb), da Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento (Sihs), do governo da Bahia.

O modelo simplificado foi desenvolvido pela Cerb, que também cedeu uma biblioteca com projetos do sistema de abastecimento ao Incra Bahia, em fevereiro deste ano.

A assessora técnica da Sihs, Nelly Malheiros, explica que alguns sistemas irão beneficiar mais de uma agrovila, pois são assentamentos vizinhos.

Ainda participaram da assinatura da ordem de serviço o diretor de Desenvolvimento Substituto do Incra, Douglas de Jesus e o coordenador de Políticas e Projetos, Jackson Ornelas, da Sihs.

25/09 – BRASIL DE FATO/SP - [Liderança assassinada em Rondônia havia denunciado ameaças à PM no ano passado](#)

Rute Pina

Em janeiro de 2015, Edilene Mateus Porto, de 32 anos, registrou um boletim de ocorrência informando a Polícia Militar que havia policiais armados rodeando o Acampamento 10 de Maio, onde morava com seu marido, Isaque Dias Ferreira, de 34 anos. O local fica em Alto Paraíso (RO), a 211 km de Porto Velho (RO). Um ano e nove meses depois, em 13 de setembro deste ano, as duas lideranças camponesas foram assassinadas.

Ela e foram mortos na terça-feira passada, 13 de setembro. Ambos eram membros da Liga dos Camponeses Pobres de Rondônia e da Amazônia Ocidental (LCP). O crime ocorreu por volta das 8h, próximo ao lote da família.

Maria Petronila, coordenadora regional da Comissão Pastoral da Terra em Rondônia (CPT-RO), conta que Isaque e Edilene participavam com frequência das audiências da Comissão Nacional de Combate a Violência no Campo e na Cidade, vinculada à Ouvidoria Agrária. Nas reuniões, o casal denunciava, além da grilagem de terras públicas na região, ameaças e perseguições recorrentes.

Com o assassinato do casal, já são quatro membros do Acampamento 10 de maio assassinados apenas neste ano. Em 24 de abril, os irmãos Nivaldo Batista Cordeiro e Jesser Batista Cordeiro foram mortos quando saíam de moto do local.

PMs são contratados como jagunços

Os policiais, citados no B.O registrado por Edilene, faziam a segurança particular em nome do pretenso proprietário da Fazenda Formosa, Caubi Moreira Quito. Ele próprio confirmou a informação de que contratou policiais para fazer o trabalho de vigilância da área [em depoimento à Polícia Civil](#).

Quito reclama posse do imóvel rural que está em uma terra da União que foi destinada à Reforma Agrária em 1995 (e onde nenhum assentamento ainda foi efetivado). O Ministério Público Federal (MPF) conseguiu suspender duas liminares de reintegração de posse na área favoráveis ao pretense proprietário.

O procurador da República em Rondônia, Raphael Bevilaqua, afirma que Quito, a quem ele se refere como "grileiro", já estava ciente do processo de desapropriação pela União quando adquiriu o terreno —inclusive já havia uma emissão de posse para União averbada em cartório. "Ele reconhece que a terra é da União e solicita, inclusive, indenização por benfeitorias", afirmou.

O delegado Mário Jorge informou que a Delegacia Agrária encaminhou à Corregedoria da Polícia Militar a denúncia sobre as atividades externas dos agentes e disse que o órgão deve tomar providências.

O MPF também pediu investigação à Polícia Civil, à Corregedoria e a outros órgãos de Segurança Pública, mas, segundo Bevilaqua, ainda não obteve resposta. "É possível associar, indiretamente, a omissão e até a atuação do Estado com o que está acontecendo no Acampamento 10 de maio. O Estado acaba compactuando com a ação destes agentes públicos que atuam, em nome do estado, junto à segurança privada", ponderou.

Ele lembra que o estado de Rondônia ainda não tem programa de proteção às vítimas e às testemunhas de violência nem aos defensores dos direitos humanos. "Além disso, o programa federal hoje está sendo desmantelado após a transformação que teve com a mudança de governo", disse.

Atualmente, o programa está sob comando do Ministério da Justiça, chefiado por Alexandre de Moraes, ex-secretário de Segurança Pública de São Paulo.

Mortes anunciadas

Para Petronila, os assassinatos não são coincidências. Ela menciona a existência de uma lista de ameaçados na região do Vale do Jamari, que teria sido deixada dentro da área do acampamento com nomes de integrantes da LCP a serem executados.

"Eles não são as primeiras vítimas, já houve outros assassinatos. Das 10 pessoas da lista, oito já foram mortos", disse. "Acredita-se muito que exista uma milícia armada na região com envolvimento de policiais, que prestam serviços a fazendeiros", completou.

Histórico de violência

No ano de 2015, Rondônia despontou no cenário nacional como o estado com o maior número de mortes em conflitos no campo no país. Foram 21 pessoas assassinadas, o número mais elevado de assassinatos de camponeses e sem-terra já registrado no estado desde 1985, quando a CPT começou a divulgar os registros destes fatos. Desde janeiro, 47 pessoas foram assassinadas no campo em todo o Brasil, 16 são de Rondônia, 30% do total.

"Após um ano, os inquéritos destes casos de assassinatos em Rondônia não são finalizados ou, se são finalizados, os culpados não aparecem e ninguém é punido", criticou a coordenadora do CPT-RO. O único caso encerrado em 2015 foi o ocorrido na Fazenda Tucumã, município de Cujubim (RO), onde dois jovens sem-terra foram mortos. Dois policiais militares envolvidos estão presos pelo crime.

Segundo o delegado Mário Jorge, as mortes no campo são mais difíceis de se investigar, mas o andamento tem se dado da "melhor forma possível".

"Um deslocamento no campo é muito longo. Anda-se de 50 a 100 quilômetros só para chegar em um acampamento. Nós não temos quantidade suficientes de policiais. Rondônia hoje tem um déficit de agentes

e delegados muito grande. Isso torna muitas investigações demoradas. Não posso negar que falta gente para investigar. É um problema para a Polícia Civil e para o estado, que não contrata", disse o delegado.

Reforma agrária

Segundo Petrolina, a Ouvidoria Agrária tenta apaziguar os conflitos mais graves na região. "Temos questionado a postura da autarquia do Incra. Dentro destes conflitos, onde a área é pública, o Incra não faz uma ação de desapropriação, mas tenta resolver o problema a partir de acordo, mas o acordo não é paritário", disse.

Para Belivaqua, o maior índice de violência no campo deve-se à situação de instabilidade fundiária e à irregularidade de títulos. "Muita gente lucra com essa instabilidade, porque especula com esses títulos ou falsos ou que já caducaram".

Ele conecta o aumento dos assassinatos de camponeses em Rondônia com a crise econômica. "Enquanto o governo estava com saúde financeira e eles estavam obtendo essas indenizações, não estava tendo tanto conflito. Mas, em 2015, quando estoura a crise econômica, é a época em que Rondônia passa a ser o maior foco de conflitos do país", denunciou.

19/09 - ACONTECEU NO VALE: [Expansão do Projeto Jaíba terá participação maior da agricultura familiar](#)

A expansão do Projeto Jaíba, considerado o maior projeto de agricultura irrigada da América Latina, contará com a participação social, sobretudo de movimentos ligados à agricultura familiar. A retomada dos trabalhos já começou e a previsão é que as etapas 3 e 4 do projeto, paralisadas há anos, sejam entregues até o fim de 2018.

"Nosso compromisso é fazer um projeto que considere as demandas de quem vive na região. Os trabalhadores rurais são parte da estratégia para impulsionar a produção no Jaíba e garantir mais emprego e renda", diz o secretário de Estado de Desenvolvimento Agrário, Professor Neivaldo.

Segundo a Ruralminas, o projeto de expansão do Jaíba prevê a implantação de infraestrutura em uma área de seis mil hectares e o assentamento de até 1.200 famílias de agricultores. O canal principal de irrigação da etapa 3 já está instalado.

"Pela primeira vez, os trabalhadores rurais e acampados serão ouvidos porque não achamos legítimo fazer o projeto sem o diálogo. Essa é uma tarefa que o governador Pimentel nos demandou", afirma a chefe de Gabinete da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag), Lígia Pereira.

Ao lado do presidente da Ruralminas, Luiz Afonso Vaz de Oliveira, a missão do Governo de Minas Gerais desembarcou na sexta-feira (16/9) no Jaíba, no Norte de Minas, para uma agenda de trabalho. No roteiro, reunião com diversas lideranças na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, apresentação de bairros com vulnerabilidade social e visita ao projeto.

Demandas sociais

O presidente do STR, Ademar Ramos Novais, afirmou que é preciso uma série de ações de cunho social para garantir a inclusão dos trabalhadores rurais no projeto, que há décadas se desenvolve de maneira desordenada. "Têm famílias que estão acampadas há mais de dez anos no Jaíba e não têm suas terras regularizadas", diz Ademar.

Outras necessidades apontadas são o acesso à água e energia elétrica, reforço da assistência técnica, fortalecimento da comercialização dos produtos e implantação de escolas agrícolas, qualificação profissional para os jovens e de programas sociais, sobretudo no combate ao consumo de drogas.

“Espero que a esperança seja renovada com essa nova etapa do projeto”, afirma o representante dos acampados no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMRDS), Edvaldo Pires de Souza.

Hoje a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (Emater-MG) presta assistência a 2 mil propriedades da agricultura familiar e a 300 produtores da área empresarial das fases 1 e 2 do projeto. A produção diária chega a cerca de 1.200 toneladas, com destaque para a banana, mandioca, manga, limão, abóbora, entre outras culturas.

A ideia do Governo de Minas Gerais é fazer uma gestão integrada às primeiras etapas do projeto, hoje sobre coordenação do Distrito de Irrigação do Jaíba (DIJ). Com a aprovação do projeto de lei do Poder Executivo que extingue a Ruralminas, as ações de responsabilidade da fundação no Jaíba serão executadas por outros órgãos estaduais.

EXPEDIENTE

Assessoria de Comunicação Social

Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - ANATER

Jornalista responsável: Jerúsia Arruda

SBN – Quadra 01 - Ed. Palácio da Agricultura, 7º andar

CEP: 70.040-908 - Brasília/DF

Telefone: (61) 2020-0293 | (61) 99241-3607

www.anaterbrasil.com.br

imprensa.anater@mda.gov.br